

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
O BRASIL DA “HEGEMONIA ÀS AVESSAS”: limites e contradições do compromisso de classes			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Henrique Cignachi	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Doutorando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Frente aos impasses da ofensiva neoliberal no Brasil, percebemos a constituição de um “compromisso de classes” para o apaziguamento das lutas e crise. Este compromisso teve seu ápice com a “carta ao povo brasileiro” nas eleições de 2002, terminando com a vitória de Lula “paz e amor”. Consolidou-se nas políticas que garantiram uma leve redução das desigualdades sociais, do desemprego e aumento do salário mínimo dos trabalhadores, além de maiores investimentos estatais em diversas áreas. Francisco de Oliveira irá descrever este processo como “hegemonia às avessas”: representados pelo PT – os subalternos estão no governo, com o consentimento da classe dominante. No entanto, frente à estrutura do capital, que opera sobre sucessivos ciclos, este compromisso sempre tende a se deteriorar e resultar em novas explosões na luta de classes. A contradição do compromisso opera por meio da desmobilização dos trabalhadores organizados pela burocracia sindical, o que facilita a retomada de novas ofensivas do capital sobre os trabalhadores.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Partido dos Trabalhadores, hegemonia às avessas; compromisso de classes			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Facing the impasse of neoliberal offensive in Brazil, it was settled a "class commitment" to weaken the class struggle and reduce the crisis. This commitment was made clear when Lula and PT addressed the "letter to the Brazilian people" during the 2002 elections campaign, which turned out with the victory of a new "peace and love" Lula. Such process was then consolidated in policies that ensured a slight reduction of social inequalities, unemployment, increased the minimum wage of workers and promoted greater state investment in several areas. Thus Francisco de Oliveira would describe this process as "hegemony in reverse": represented by the PT – the subaltern people are in government, with the consent of the ruling class. However, opposite to the capital structure that operates on successive cycles, this commitment always tends to deteriorate and result in further explosions in class struggle. The contradictions of this commitment convey the demobilization of workers run by the trade union bureaucracy, facilitating the resumption of new offensives of capital over the workers.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Worker's Party; hegemony in reverse; class compromise			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e luta de classes			

O BRASIL DA “HEGEMONIA ÀS AVESSAS”: limites e contradições do compromisso de classes

Henrique Cignachi

O objetivo deste trabalho é apresentar algumas contribuições interpretativas sobre os processos contemporâneos descritos como “hegemonia lulista”, “lulismo”, “hegemonia às avessas” ou de uma “frente neodesenvolvimentista”. Diz respeito aos processos que culminaram na vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência do Brasil e de um tipo de relação entre Estado e sociedade que culminaram na alta taxa de aprovação do governo Lula em todas classes sociais ao final de seu mandato, garantindo a sucessão políticas através de Dilma Rousseff.

Também diz respeito ao estudo das contradições internas deste modelo de regulação do modo de produção periférico brasileiro na atualidade, que parece entrar em crise. Partimos da constatação que se o PT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) surgiram de bases operárias e apesar de continuarem sendo a maior referência política na classe trabalhadora organizada, esta se encontra em evidente crise a partir do primeiro mandato de Dilma Rousseff, acentuando-se com o seu segundo mandato e reduzindo seu alcance à burocracia sindical ligada à trajetória política destas organizações.

Este trabalho está dividido em duas partes: na primeira, apresentamos uma revisão do debate realizado por autores situados na tradição marxista brasileira, o que nos ajuda na interpretação da luta de classes no Brasil das últimas décadas aos governos presidenciais do PT. Na segunda parte, apresentamos a tese de que os governos de Lula e Dilma devem ser situados como a realização de “compromissos de classe” entre trabalhadores e burgueses no Brasil, a partir das sugestões de Adam Przeworski para compreensão da experiência da social-democracia europeia e da interpretação das contradições do “capitalismo tardio” em Ernest Mandel.

Acreditamos que a crise econômica acaba por evidenciar os limites e contradições do “compromisso de classe” liderado pelo governo do Partido dos Trabalhadores no último 10 anos. Frente aos sucessivos ciclos, este compromisso de classes – que se apresenta como aparente estabilidade política e econômica, garantindo ganhos para “todos” - sempre tende a se deteriorar e resultar em novas explosões na luta de classes. A contradição da situação é que ela opera sob a desmobilização dos trabalhadores pela burocracia sindical, fisiologicamente ligada ao governo e ideologicamente desmobilizada, o que facilita a retomada de novas ofensivas do capital sobre os

trabalhadores, como atesta as medidas tomadas pelo governo no ajuste fiscal, nas medidas conservadoras da Câmara de Deputados e nas manifestações sociais de direita.

1. Da redemocratização à “hegemonia às avessas”: um recorte do debate na sociologia marxista brasileira

Partimos do estudo dos processos que garantiram a chamada “hegemonia às avessas”, conforme expressão de Francisco de Oliveira (2007) para explicar a vitória do PT em 2003 e o programa de governo adotado: tem-se a impressão que os de baixo dominam o processo político, econômico e social com o consentimento dos dominadores, contanto que a *dominação* destes não seja questionada. O governo mudou, o antigo líder sindical tornou-se governante, mas o programa político do novo governo pareceu residir numa versão de esquerda do PSDB.¹ E também foi ele, Francisco de Oliveira que propôs a decifração desta “aparência” que parece esconder outra coisa: “será nas pistas do legado de Antonio Gramsci, ‘o pequeno grande sardo’, que podemos encontrar o caminho de sua decifração. O consentimento sempre foi o produto de um conflito de classes em que os dominantes, ao elaborarem sua ideologia, que se converte na ideologia dominante, trabalham a construção das classes dominadas à sua imagem e semelhança”. Assim, a “revolução moral” dos explorados – como o bolsa família no Brasil e o fim do apartheid na África do Sul – se transformam e deformam-se em capitulação à exploração capitalista.

Obviamente, o processo não se deu como um raio num céu claro. Se as condições gerais do pacto burguês, a partir da globalização neoliberal no plano externo e do Real no plano interno, garantiram a constituição de um bloco de poder burguês da década de 1990, ela, no entanto, sempre fora fustigada e oposta por diversos movimentos organizados da classe trabalhadora, politicamente articuladas a partir de organizações como o PT, CUT, UNE e MST, entre outros movimentos de esquerda anticapitalista.² Ora, é o próprio Oliveira (2001), que também deu pistas desta compreensão. O fato de que o Brasil foi marcado por golpes ou tentativas de golpes militares evidencia a debilidade da classe dominante nativa de agir como um bloco histórico capaz de hegemonizar o processo política.

A própria redemocratização, marcada pelo crescimento das organizações de trabalhadores, e a tentativa de construção de um bloco de apoio ao candidato aventureiro de 89 evidenciam isto. O

¹ Pistas desta compreensão já estão presentes em seu ensaio “O Ornitórrinco”, em que descreve como as privatizações e o uso dos fundos de pensão dos trabalhadores vão apresentar-se como tentativas de solucionar os problemas de reprodução interna (2003). Para uma exposição do programa político da social-democracia convertida ao neoliberalismo, conferir Pereira, Maraval e Przeworski (1993).

² Para sínteses do desenvolvimento histórico e “transformismo” do PT e da CUT, também conferir: Lincoln Secco (2011), Mauro Iasi (2006), Paulo Tumolo (2003) e Eurelino Coelho (2005).

bloco constituído em torno do plano Real, no entanto, conseguiu atingir as margens do que se chama de hegemonia; ou seja, do consentimento popular. Mesmo assim, parecia incompleta na medida em que não abarcava o movimento sindical brasileiro mais resistente às políticas burguesas, representado na CUT, e pelo maior partido político da oposição ao neoliberalismo, o PT.

Por outro lado, foi exatamente o sucesso inicial do plano Real que garantiu a guinada da classe rumo ao apassivamento. A inflação era de 45% ao mês, o que fustigava a população mais pobre e com menos chances de garantir reajustes salariais. “Como num passe de mágica” a inflação passou a 3% ao mês. A estabilidade adquirida, após a década passada de estagnação econômico foi “a grande arma” que o governo de FHC teve para garantir a construção do arco conservador com apoio popular – logo da hegemonia burguesa - mesmo que aparentemente frágil frente aos perigos que até então representava a esquerda nacional capitaneada pelo PT (Oliveira, 2001, p. 55). Assim, do PT e do PSDB teria surgido uma nova classe social de operadores do mercado financeiro, advindos dos economistas-banqueiros do PSDB, operadores das privatizações, e dos sindicalistas da CUT/PT convertidos em operadores de fundos de pensão (2003).

Ora, não foi eventual que uns dos críticos da tese de Oliveira irá destacar a debilidade de uma estratégia anticapitalista no PT e na CUT por não conseguirem atingir aquela parcela da população mais pobre e dominante na nossa sociedade: o *subproletariado*, na tese do *lulismo* de André Singer (2012). André Singer retoma o conceito formulado por Paul Singer no início da década de 1980 para explicar as limitações de um projeto socialista no Brasil: o “subproletariado”. Esta fração da classe trabalhadora é constituída por uma “sobrepopulação superempobrecida”, que se constituía numericamente como metade da população econômica ativa. Esta fração tem origens na formação histórica brasileira, do passado escravocrata, uma população regionalmente localizada no Nordeste, Norte e “grotões” do país (incluindo aí as periferias das grandes cidades) e que pelas limitações da estrutura econômica destas regiões, não consegue se incorporar à condição proletária. Não consegue articular-se formalmente em organizações sociais e política com pretensões à autonomia e desta forma é facilmente aproximada de políticas assistencialistas e conservadoras via Estado. Utiliza em analogia a explicação de Marx sobre as massas urbanas pauperizadas e sobre o campesinato, n’O Dezoito Brumário, bem como a “questão setentrional” de Gramsci para explicar as limitações da unificação italiana e da consolidação da hegemonia burguesa.

Para Singer, há, claramente a partir de 2006, um realinhamento político brasileiro, uma separação política entre ricos e pobres, onde o “lulismo” emerge enquanto o encontro de uma liderança – a de Lula – com uma fração de classe, o subproletariado que viu “na invenção lulista a plataforma com que sempre sonhara – um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem”. Esta aliança, que foi responsável pela vitória eleitoral de 2006, apesar do desgaste político causado pelo mensalão, e da vitória eleitoral de 2010 de Dilma Rousseff (até então pouco conhecida

publicamente), teve seus principais pontos tecidos durante o primeiro governo e aprofundados no segundo: o combate à pobreza como carro chefe do governo, por meio da concessão de bolsas e da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo principalmente da metade mais pobre da sociedade, concentrada no Norte e Nordeste brasileiro.³

Para o autor, o PT expressou “duas almas”: o “espírito de Sion”, expresso no anti-capitalismo da fundação do PT no Colégio Sion em São Paulo em 1980, que para o autor vai perdurar até as eleições de 2002; e o “espírito de Anhembi”, expresso nas intenções aprovadas pelo Diretório Nacional do PT durante a campanha de 2002 que irão ser expressos no acordo com o capital através da “carta ao povo brasileiro”, mas que posteriormente irão aprofundar a “popularização” do partido, ou seja, sua aproximação com o eleitorado mais pobre. Apesar da “segunda alma” tornar-se dominante, a primeira alma continuaria viva no PT e se expressaria na capacidade do partido em reduzir as debilidades de consumo mais salientes à maioria da população.

Debatendo com essas duas teses – da hegemonia às avessas de Oliveira e do lulismo de Singer – é que Ruy Braga irá constituir sua tese acerca da política do *precariado* e da *hegemonia lulista*. Diferente dos sociólogos os quais deve a nomenclatura,⁴ o uso do conceito de precariado não deriva da compreensão de uma nova classe social advinda do “desmanche” da relação salarial fordista, mas sim enquanto componente constitutivo das relações salariais capitalistas. Para Braga, seguindo as pistas de Marx, o precariado nada mais seria do que a parcela mais precarizada da classe trabalhadora, que sempre esteve presente nas relações salariais como a parcela mais precária da classe. Marx havia indicado que o aumento da ocupação industrial era acompanhado pelo crescimento das cidades e de uma população excedente às relações diretamente necessitadas na produção industrial, uma *superpopulação relativa*. Essa população excedente era necessária – sob a forma do desemprego e trabalho precário – para realização da acumulação capitalista, visto que a existência de um considerável exército de reserva é pré-condição para manutenção da concorrência no mercado de trabalho.

Ou seja, o precariado seria aquele extrato da classe trabalhadora que oscila permanentemente entre a exclusão econômica e a superexploração econômica de sua força-de-trabalho. Por não possuírem qualificações profissionais e participarem de estruturas materiais que possibilitem qualquer modificação de sua condição (por exemplo, sindicatos ou até mesmo a família), são a fração mais subordinada ao Capital. Assim, diferente de trabalhadores profissionais,

³ O conjunto de políticas não se limita ao Bolsa-Família. O programa Luz para Todos (de eletrificação rural), o aumento real do salário mínimo (de 24% no primeiro mandato), da criação do crédito consignado (que permitia a expansão do crédito pela dedução das cobranças direto na folha de pagamento), além do aumento do crédito rural à agricultura familiar.

⁴ Guy Standing e Robert Castel interpretaram o fenômeno da constatação de que, nas margens da sociedade fordista, foi surgindo uma “classe perigosa”, desorganizada. Ambos enxergam o precariado como fruto do neoliberalismo, do desmanche do fordismo (como se toda classe operária teria sido estável e gozado de boas condições de vida) e da crise econômica mundial, e não condição própria às relações salariais capitalista.

que contam com sua qualificação e possuem melhores condições de vida, luta e organização, “identificamos o precariado com a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluídos a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considerá-la própria a reprodução do capitalismo periférico” (2012, p.19).

Mas o que para Singer seria a maioria da população nos “grotões” do Brasil, para Braga o precariado estaria fortemente inserido em seu centro, nas grandes cidades, nas periferias e nas fábricas. E se esta fração não era majoritária no centro do sistema capitalista, ela era a regra na periferia. Divergindo da análise eleitoral de Singer, para Braga é preciso partir do “classismo em estado prático” de meados do século XX e acompanhar o seu desenvolvimento para formas de um reformismo plebeu com a disputa sobre a consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no período populista (1945-1964), à quebra com o regime ditatorial de 1964 ao novo sindicalismo e à hegemonia lulista. Como vai levantar em sua etnografia histórica, o precariado sempre esteve presente nas mobilizações dos trabalhadores brasileiros.

Assim, para Braga, a compreensão do movimento que resulta na aparente “quietude do precariado” sob o lulismo, deve ser buscada na compreensão das bases da inquietação operária anterior baseado no conflito entre o relativo progresso material atingido durante a transição do mundo rural do campo para a cidade e a angústia decorrente da reprodução de sua subalternidade classista dentro do espaço urbano capitalista. Ao mesmo tempo, como descreve o movimento posterior das décadas de 1980 e 1990, ocorreu uma desconstrução deste mesmo classismo prático, que levou o novo sindicalismo ao sindicalismo de resultados com a transição ao pós-fordismo neoliberal e financeirizado, que levou os trabalhadores a uma posição de resiliência defensiva, que acarretou em formas burocratizadas de mediação política entre as bases e as lideranças.

Da mesma forma, concordamos com o autor que a compreensão dos atuais limites da reprodução da hegemonia lulista podem ser encontrados na atual inquietação popular, na busca das fissuras criadas pelos de baixo frente à continuidade da dominação, mesmo que ainda empregando apoio aos líderes do movimento de apaziguamento do conflito (Lula, Dilma e PT). É possível também atentar ao fato de que a forma de hegemonia constituída é extremamente precária pois ela também não consegue reproduzir as condições que a direção do movimento gostaria de reproduzir, tal como foram vistas no centro do sistema capitalista. Desta forma, é possível diagnosticar as limitações das visões que acabam por reforçar a capacidade de reprodução do consentimento:⁵

...o atual debate sobre o lulismo encontra-se prisioneiro de uma noção de *satisfação* proletária que obnubila a percepção do que Gramsci chamou

⁵ Esta sugestão foi apresentada na leitura de Perry Anderson, “O Brasil de Lula” (2011), onde evidencia que a maioria dos intérpretes do lulismo acabam por justificar o “reformismo fraco” do governo Lula a partir da passividade e conservadorismo da sociedade brasileira.

de “fatalismo dos fracos”,⁶ isto é, aquele estado de inquietação social que antecede a transformação dos subalternos em protagonistas de sua própria história (2012, p.130).

Ou seja, a aparente aceitação ofuscou a visão dos intérpretes do fenômeno, que empregam a aceitação momentânea como fundamento de um certo determinismo analítico. O mesmo processo merece atenção para o até a pouco muito debatido fenômeno de (re)formalização do trabalho, ou como midiaticamente e nos discursos políticos foi enfatizado, da formação de uma “nova classe média”.⁷

Complementando nosso balanço, por outra via de crítica à tese do lulismo de André Singer, Armando Boito Jr. (2013) questiona a afirmação de que os governos Lula e Dilma arbitriam o conflito entre as classes fundamentais, ao ponto de neutralizá-las “e ao fazê-lo, logram colocar em prática ‘o programa do subproletariado’”. Para Boito, Singer superestima o papel do subproletariado, dando a ele características que não são possíveis de serem aventadas, tal como um “programa”. Ou seja, se este estrato é marcado pela sua desorganização, isso significaria exatamente que ele não possuiu um programa, e se apoiam os mandatos do PT, o fazem por interesses e aspirações difusas. O Estado capitalista, por si só já opera no sentido de realizar interesses das classes em disputa, e a situação de bonapartismo seria o inverso: o Estado autonomizado que não expressa os interesses de nenhuma classe ou fração de classe em específico.

A tese de Boito é que a política econômica dos governos Lula e Dilma contempla “prioritariamente os interesses de uma fração da burguesia que é a grande burguesia interna. E é possível demonstrar que essa fração burguesa reconhece-se na política econômica dos governos petistas”. A sua sintética exposição merece destaque:

Entendo que o programa neodesenvolvimentista expressa, acima de tudo, os interesses da grande burguesia interna brasileira, que, ao longo do século XXI, foi se tornando a fração hegemônica no bloco de poder. Os governos petistas não arbitram; na verdade eles priorizam os interesses

⁶ Antonio Gramsci, em sua “introdução ao estudo da filosofia”, irá descrever que o fatalismo, aquela ideia da consciência simples que tende a explicar a situação de que “eu estou momentaneamente derrotado, mas a força das coisas trabalha por mim a longo prazo”, “é apenas a maneira pela qual os fracos se revestem de uma vontade ativa e real”, exatamente para poder então assumir uma posição de crítica prática e intervir como sujeito histórico nesta “força das coisas”. Assim, superariam dialeticamente o seu próprio fatalismo, a própria aceitação da história. Gramsci empregou esta passagem para criticar leituras deterministas e mecanicistas por parte de dirigentes dos partidos comunistas ou social-democratas, que explicavam a história a partir de mecânicas sociológicas e econômicas estáticas, como a de que não poderia haver revolução porque o proletariado ainda não era a maioria da sociedade. Por isso é preciso diferenciar a forma do “fatalismo dos fracos”, que não pode ser transferido para justificar uma explicação baseada num determinismo sociológico da reflexão intelectual aprofundada: “é por isso que se torna necessário demonstrar sempre a futilidade do determinismo mecânico, o qual – explicável como filosofia ingênua das massas e, somente enquanto tal, elementos intrínseco de força – torna-se causa de passividade, de imbecil autossuficiência, quando é elevado a filosofia reflexiva e coerente por parte dos intelectuais; e isto sem esperar que o subalterno torne-se dirigente e responsável” (GRAMSCI, 2011, p.139-140).

⁷ Para uma crítica à ideologia da “nova classe média”, conferir obra de Márcio Pochmann (2012).

dessa fração burguesa. Dentro do grande capital, temos, segundo nossa hipótese, uma fração burguesa, que denominamos, segundo Nicos Poulantzas, burguesia interna. Essa fração, presente em diversos setores da economia nacional – construção naval, construção civil, indústria de transformação, mineração e outros -, embora não seja anti-imperialista, reivindica a proteção do Estado para preservar e melhorar sua posição no capitalismo brasileiro. Uma série de medidas dos governos Lula e Dilma indica o atendimento dessa reivindicação. Cito algumas delas: a política muito bem-sucedida de recuperação da indústria de construção naval, a política de financiamento subsidiados do BNDES, a nova legislação que regulamenta as compras do Estado e das empresas estatais de maneira a priorizar a produção local, a política externa Sul-Sul, o arquivamento da Alca e o apoio à conquista de mercados externos pelas grandes empresas brasileiras. Ademais, desde o primeiro governo Lula foram criados inúmeros fóruns institucionais para que o governo pudesse auscultar os interesses dessas grandes empresas de capital predominantemente nacional (2013, p. 175).

Para Boito, inclusive, diferente de situações anteriores em que os beneficiários das políticas econômicas voltavam-se contra os governos que as realizavam (a exemplo do período populista), a grande burguesia interna demonstra sua identificação política com os governos do PT, a exemplo da atuação da FIESP durante a crise do Mensalão, que se mobilizou em defesa do governo.

Os governos Lula e Dilma seriam governos burgueses sob a direção da burguesia interna e que se converteu na força dirigente de uma “ampla e heterogênea frente política que poderíamos denominar neodesenvolvimentista”.⁸ Nesta ampla frente a classe trabalhadora estaria integrada a partir da legislação que garante o crescimento do salário mínimo; a classe média foi beneficiada pelo retorno de investimentos no funcionalismo público, com os reajustes salariais e novos concursos (se comparados ao congelamento durante o período FHC) e o movimento camponês atendido em parte das reivindicações com a criação do crédito à agricultura familiar.

Contudo, esta frente seria instável e contraditória pois há uma notável desigualdade nos ganhos entre as partes. A situação se manteria pois nenhum integrante da frente “possui ou julga possuir forças para intervir sozinha de modo eficiente na política nacional”. Além disso, a grande burguesia interna comportaria uma heterogeneidade e contradições, entre seus setores e pela dependência perante o capital estrangeiro, que impediu que ela mesma constituísse seu instrumento político próprio, tendo então assediado o PT, com êxito, para realização de suas políticas. A unidade estaria na recusa de reproduzirem o ortodoxismo das políticas neoliberais do PSDB, que seria o partido do grande capital financeiro internacional e que teria a alta classe média como sua base de apoio. É por isso que os governos do PT conseguiriam reunir forças burguesas e populares que na década de 1970 e 1980 eram inconciliáveis.

⁸ O conceito de “neodesenvolvimentismo” na análise do conjunto de políticas dos governos Lula está evidenciado em Aloízio Mercadante Oliva (2010), ex-ministro daquele governo.

Por fim, apresentamos este quadro-síntese com as principais teses e algumas críticas possíveis de serem formuladas aos modelos apresentados.

As principais teses sobre os governos Lula-Dilma

Autores	Conceito determinante para interpretação	Tese defendida	Críticas
Francisco de Oliveira	Surgimento de “nova classe social” de operadores de mercado articulados a partir do Estado advindas do sindicalismo petista e dos economistas ligados ao PSDB.	Hegemonia às avessas: os dominados dominam moralmente os processos políticos sob o consentimento da classe dominante, desde que sua dominação econômica não seja questionada. Compreensão do Brasil como inserido em relações de desenvolvimento desigual e combinado.	Não é possível afirmar que formem uma nova classe e ignora que os movimentos de consentimento popular à hegemonia lulista também são posicionamentos com interesses definidos, ou seja, que levaram a justificar uma diferença e clivagem políticas entre PT e PSDB
André Singer	Subproletariado enquanto estrato inferior da classe trabalhadora que não consegue se organizar politicamente, sendo historicamente apoiadora de políticos conservadores por receio de mudanças radicais dada sua situação de debilidade estrutural.	De que o lulismo emerge como um deslocamento eleitoral do subproletariado ao governo petista, visto que encontram em Lula o realizador de seu programa de redução das desigualdades e melhoria das condições mínimas de vida sem que isso acarrete em graves conflitos e mudanças.	Não percebe a dimensão do subproletariado como funcional ao desenvolvimento capitalista periférico, no que tange à ampliação do conceito em torno dos diversos componentes da “superpopulação relativa” e por entender o lulismo como realização do programa do subproletariado e não de uma fração da burguesia.
Ruy Braga	Precariado, compreendido enquanto parcela majoritária da classe trabalhadora na periferia do capitalismo. Seu movimento político opera da satisfação da ascensão social à frustração coletiva da manutenção de sua superexploração e precariedade na melhoria das condições de vida nos estritos termos do capitalismo periférico, o que a levou a formas de “subversivismo esporádico”.	A hegemonia lulista emerge da aliança do precariado fabril do ABCD paulista à burocracia sindical lulista, cujo desenvolvimento frente à inflexão das lutas sindicais na década de 1980 e 1990 levou a um “transformismo” da burocracia sindical ligada ao PT e a CUT, que acabou tornando-se sócia minoritária do capitalismo pós-fordista e realizadora do consentimento ativo das lideranças sindicais e passivo do precariado.	Explicação da aproximação da direção cutista ao capital em termos de determinação do capitalismo periférico e do transformismo dos sindicalistas e petistas ao mercado, tendo por origem o programa político de Lula pré-greves de 1978-1980. Índícios de superestimação do precariado – ou seja, de um dos estratos da classe proletária, e a mais explorada e frágil organizativamente - na consequência dos movimentos políticos.
Armando Boito Jr.	Burguesia interna, heterogênea e contraditória, apesar de não anti-imperialista, que vai do setor bancário, ao industrial, mas que basicamente opera em termos de sua reivindicação da proteção do Estado para melhorar sua situação no	Esta burguesia interna, frente a sua debilidade, articula-se como força dirigente de uma ampla frente política neodesenvolvimentista encabeçada pelos governos petistas.	Ausência de explicações das formas pelas quais o PT foi assediado por essa fração da burguesia nacional, ou coloca como determinado pela “derrota” da classe trabalhadora em 1989 e 1994. A crítica ao conservadorismo do subproletariado, apesar de

	capitalismo brasileiro e mundial.		correta, não estabelece contrapontos incisivos para explicar seu movimento político.
--	-----------------------------------	--	--

2. Interpretando a “hegemonia às avessas” enquanto um “compromisso de classes”: compreendendo as contradições e limites da “social-democracia” na periferia do capitalismo

Nossa proposta de estudo segue um caminho que recupere o conceito de consentimento e de sua articulação necessária à hegemonia de classe, conforme foi originalmente articulado em Antonio Gramsci (2007) e adotado de maneira renovada por Adam Przeworski (1989) para explicar o sucesso da estratégia reformista da socialdemocracia na Europa. Considera-se de muita valia para a sociologia marxista a contribuição de Adam Przeworski para compreensão das “bases materiais do consentimento”. Mesmo que adotemos uma perspectiva crítica a certas hipóteses adotadas pelo autor no sentido de alinhar-se politicamente à social-democracia, sua exposição nos permite iluminar - por parte das organizações sindicais e políticas de trabalhadores – a adoção de perspectivas de “compromisso de classes”, que tem por objetivo a promoção de políticas de benefício econômico à classe trabalhadora tendo por limite a permanência dos interesses dominantes da burguesia.

O argumento geral exposto pelo autor para entender as contradições do “compromisso de classes” é que, para serem aceitos na democracia burguesa, os setores majoritários da classe trabalhadora precisam disciplinar sua luta, tornando-se pragmáticos econômica e politicamente. Da mesma forma, para calcar vitórias eleitorais, necessitam ampliar o leque de apoio – consequentemente abrir o programa político - e buscar a aceitação de parcelas da classe dominante para garantir o aporte de recursos e garantir a possibilidade institucional de governabilidade (por isso não é casualidade que com nossa forma de institucionalidade burguesa, esta governabilidade tenha se dado por processos obscuros de financiamento, como o mensalão, e posteriormente pela promoção de uma aliança com o fisiologismo peemedebista e de grandes setores da burguesia, como nos mostra a corrupção na Petrobrás).

Assim, as lideranças e a base do movimento concordam em se desmobilizar e se desradicalizar, precisando se mostrar como um partido e um governo “de todos”. Consequentemente as bases pelas quais a classe trabalhadora apresentou-se enquanto “classe” acabaram totalmente solapadas. A base identitária e a autonomia programática se perdem,

consequentemente sua capacidade de luta e organização também. De coletividade voltam a expressar-se em singularidades, projeto este expresso na busca pela “cidadania” e materialmente na promoção ideológica do consumismo burguês, conforme expressa na atual ideologia da “nova classe média”.

Contudo, entendemos que o objetivo das organizações políticas não seria simplesmente chegar ao poder, conforme a teoria elitista explicaria através da inevitável “lei férrea das oligarquias”. Mas sim como meio para realização de um programa político que atenda às pressões que resultaram na formação daquelas instituições – ou seja, um programa que atenda às demandas, pressões e anseios do proletariado na sua luta contra a exploração dos capitalistas. Por outro lado, para firmar-se o compromisso de classe, é preciso também que a burguesia se disponha a aceitar a participação política dos trabalhadores, a aceitar suas organizações econômicas (obviamente, disciplinadas na luta pragmática), e o mais importante, disposta a apresentar concessões materiais aos de baixo, evidenciando que não estão apenas defendendo seus “interesses econômico-corporativos” (GRAMSCI, 2007). Ou como fala Przeworski, a hegemonia – ou o consentimento à exploração – apresenta-se como dominação ideológica porque está assentada sobre uma base material; ou melhor, porque os interesses dos grupos dominantes tornaram-se “concretamente coordenados” com o dos subordinados, tornam a ideologia dominante orientadora das pessoas na vida cotidiana, inclusive nas ações e estratégias dos dominados.⁹ Estabelece-se assim, um “conflito cooperativo”.

Por outro lado, é frente à crescente exploração e limitação da acumulação do capital que a luta de classes sempre se mantém presente, e é desta que podemos partir para a compreensão das contradições que norteiam o compromisso de classe; ou melhor, dos limites da hegemonia burguesa. Compreendemos assim que é imprescindível a retomada de estudos sobre as contradições iminentes do processo de valorização do valor – que se expressam nas crises cíclicas do Capital. Entendemos, a partir da crítica de Ernest Mandel (1982) ao capitalismo tardio, que os processos atuais exercidos pela forma de hegemonia lulista mostram-se em plena convulsão. Ou melhor, nos ajudam a compreender o tipo de “acumulação” operada via Estado para a burguesia interna. Conforme apresenta Mandel, não devemos compreender a gênese do capital (acumulação primitiva) com seu autodesenvolvimento (valorização do valor); por outro lado, não é possível compreender o sistema capitalismo mundial, desigual e combinado, sem entender que ambas as formas –

⁹ Um exemplo prático deste processo está na proposta da CUT, principalmente voltada para trabalhadores de construção civil e de metalurgia, de aceitar sistemas de banco de horas de trabalho através de acordo coletivo especial (ACE), mesmo que isso acarrete maior redução salarial e diminua a capacidade de reagir à superexploração. Semelhante proposta acabou por se tornar política nacional com a Política de Proteção ao Emprego, que permite a redução da jornada e salários em até 30%. A suspensão de contratos de trabalho por certo tempo (*lay-off*), e redução de jornada já se tornaram uma prática, principalmente na grande indústria automobilística nos últimos anos, praticamente aceitas pelo sindicalismo como a forma “possível” de defesa dos empregos.

acumulação primitiva e auto reprodução – “não são *fases sucessivas* da histórica econômica, mas também processos econômicos *convergentes*” (Mandel, 1982, p. 30).

Ou seja, estamos falando que o desenvolvimento capitalista se dá por processos permanentes – em maior ou menor medida – de manutenção de formas de acumulação primitiva concomitantes à geração de valor novo. Assim, quando refletimos anteriormente sobre o papel que os fundos de pensão adquiriram no capitalismo contemporâneo brasileiro, precedidos das privatizações “à preço de banana” (e financiadas pelo aumento da dívida pública), da desoneração à indústria multinacionais, e sem esquecer do papel do BNDES e dos títulos do tesouro nacional e das altas taxas de juro, podemos pensar na formulação da hipótese de como – e isso sob a vigência do governo do PT – formas de “acumulação primitiva” (a partir da mais-valia social apreendida pelos impostos) parecem se sobrepor às formas de acumulação de capitais pela exploração direta da força de trabalho na produção de mercadorias, ou melhor, como elas se combinam. As formas de “corrupção” que se apresentam sucessivamente em escândalos envolvendo altos executivos de empresas e altos funcionários do Estado e partidos políticos apenas revelam a forma mais brutal deste modelo “neodesenvolvimentista”. Não é repetitivo lembrar a explicação de Francisco de Oliveira acerca do endêmico déficit de investimento próprio da nossa classe dominante e como isso tomou formas bizarras na contemporaneidade, ao que chamou de “Ornitórrinco” (2003). Isso também coloca em patamar superior nossas formas de “acumulação primitiva”, através da parcial integração dos orçamentos previdenciários da classe trabalhadora à acumulação capitalista em nosso país.

Da mesma forma, o “rolamento” da crise mundial a partir de 2008, acabou por agudizar as contradições daquela crise no capitalismo periférico brasileiro. A forma dominante de acumulação capitalista exercida pela hegemonia lulista – através das políticas que convencionaram ser chamadas de neodesenvolvimentista – expressam a tentativa da burguesia interna de limitar o problema da parca taxa de auto-reprodução do capitalismo brasileiro, altamente dependente e subsidiário ao imperialismo. O estudo das contradições deste investimento estatal em setores específicos da burguesia interna e imperialista, podem iluminar o entendimento dos conflitos que se operam entre as diversas frações do capital financeiro (cuja divisão em nacional/internacional poderia ser ilusória).

Assim, nossa tese sobre a hegemonia expressa pelos governos presidenciais do PT, contrastando e complementando as interpretações anteriores, se dão na leitura que a vitória do PT e seus governos se fundam num “compromisso de classes” realizado em nível dos grandes aparelhos sindicais (CUT, Força Sindical, CTB) com a “burguesia interna”, sob a direção do grupo dominante do PT. Obviamente que este compromisso não deve ser identificado como ausência de conflitos. Apenas que os conflitos de classe se reduzem ao patamar econômico-corporativo e se dão dentro

dos limites do compromisso: o lucro não pode subir a um nível que pareça superexploração; nem os salários podem aumentar à níveis que reduzam a lucratividade burguesa. A política de aumento de salário mínimo e aumento do crédito popular construída durante os governos do PT e a construção de espaços de interlocução com a burguesia (como a CNDES) e de investimento público para agentes privados (via BNDES, PAC e Fundos trabalhistas) evidenciam parte deste compromisso.

Neste sentido, entendemos como não desprezíveis os papéis indicados pela conceituação de subproletariado e precariado, mas a sua revolta ou passividade parecem ser dirigidos pelo proletariado organizado em sindicatos, centrais e partidos políticos, formuladores de programas políticos e estruturas de poder, bem como do papel das formas com que a classe dominante se apresenta na luta de classes e se dispõe e propõe “compromissos”.

Neste sentido, entendemos que a estratégia adota pelas organizações dos trabalhadores aqui estudadas, centralmente do PT e da CUT, é que pensando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores - tendo aceito a primazia da propriedade privada e do funcionamento autônomo dos mercados - teriam atuado no sentido de garantir e melhorar a acumulação capitalista no Brasil, no sentido que este seria o pressuposto para que se pudesse beneficiar da melhor forma as necessidades e expectativas dos explorados. Nada longe da estratégia da social-democrata europeia, mesmo que longe de reproduzir os ganhos daquela. Afinal de contas, no desenvolvimento desigual e combinado, as margens para concessões na periferia do sistema são muito menores.

Por outro lado, estratégia semelhante teria sido aceita pela “burguesia interna” ao concordar em políticas centradas no crescimento econômico conciliado com a pauta de distribuição de renda, com a ampliação dos mercados consumidores e a pacificação dos movimentos sociais contestatórios. Por outro lado, seu endêmico problema de investimento – e de concorrência com o mercado mundial - teria sido também suprido pelo papel do Estado e do acesso aos fundos previdenciários dos trabalhadores.

Os limites desta reprodução estão expressos nos limites da acumulação do capital, de sua destrutividade imanente. Compromissos de classe, assim, tornam-se sempre provisórios e são constantemente postos a prova. No caso brasileiro, é importante compreendermos o papel que o Estado cumpre enquanto ponto de construção e manutenção deste compromisso, visto que também e dele que partem as principais fontes de acumulação primitiva permanente. Apesar da alta carga tributária (que onera principalmente os de mais baixa e média renda), tem-se péssimos serviços públicos para a maioria da população. Isso se deve ao fato de o Estado ser uma fonte de rentismo, através dos títulos públicos (cujas taxas de juros são as mais altas no mundo), que comem praticamente metade da fatia anual do orçamento público federal, além do papel que os fundos públicos operam como “crédito” para a grande burguesia interna (BNDES). O crédito é muito mais barato e facilitado do que para o restante da população.

Vê-se assim, que, ao baixar juros em 2012-13 o governo teve sobre si as críticas do mercado apesar de que isso aparentemente beneficiaria o “setor produtivo”. É uma ficção pensar modelos que privilegiem o “capital produtivo” em tempos de domínio do capital financeiro: ou seja, da forma do capital que não separa capital bancário do “produtivo”. Na estrutura econômica brasileira parece, portanto, coexistir uma ampla exploração e produção de valores novos nas indústrias e serviços pequenos (indústria pequena e média, pequenas lojas, trabalhadores autônomos, educação privada, etc.) com a acumulação primitiva e permanente a partir do Estado para setores da “grande burguesia” (parte interna, que tem laços internacionais, com bancos, empreiteiras, frigoríficos, além das tradicionais grandes empresas multinacionais produtoras de veículos). Os escândalos de corrupção envolvendo altos executivos de empresas, altos funcionários de estatais e políticos de posição chave evidenciam os mecanismos com que age esses setores dominantes.

Assim, também, para compreender a dinâmica contemporânea de crise da “hegemonia às avessas”, podemos pensar a reação da população no dia 15 de março de 2015 como sendo majoritariamente da pequena-burguesia ou de profissionais liberais, certamente produtora de valor novo ou proprietária de seus próprios trabalhos, mas que se sente comprimida e excluída desta forma de mediação “facilitada” e de extração de trabalho a partir do Estado. O problema é que ela o faz – sua reação – a partir da mesma ideologia dominante. O problema é que ela não está no “bolo”.

Estaria aí o clássico problema do “patrimonialismo” acusado por nossos autênticos liberais? Mais precisamente, tem a ver com o capitalismo na fase imperialista tardia e na sua dinâmica com o caráter monopolista desta alta burguesia. Não significam que não produzam valor novo, mas o fazem e tem por base a situação privilegiada de ter uma forma de acumulação primitiva além da auto reprodução de capitais pela extração de mais-valia dos assalariados. Contudo, isso não exclui o Brasil de ser plenamente capitalista, nem de pensar ele como que em uma etapa do “desenvolvimento”. É preciso lembrar a proposição metodológica da compreensão do desenvolvimento desigual e combinado, ou as lições estratégicas do “programa de transição”: não há “atraso”, ele é assim, combinado, não há “etapas” a desenvolver, porque é combinado. Desta forma, estrategicamente, entendemos que não há “atrasos” a superar, nem “etapas” a cumprir. A transição socialista continua tão necessária. As contradições da construção da hegemonia às avessas evidenciaram seus limites e colocaram as contradições de classe no Brasil em patamar superior, como sugere Perry Anderson, ainda que tenha escrito antes das explosões de 2013:

Mas talvez desta vez não seja a mesma coisa. A última década não testemunhou nenhuma mobilização das classes populares no Brasil. O medo da desordem e a aceitação da hierarquia, que ainda separam o Brasil da América Latina, são herança da escravidão. Mas, embora o avanço material não represente o fortalecimento social, há circunstâncias em que um pode levar ao outro. O incrível peso eleitoral dos pobres, contraposto ao grau de desigualdade econômica, para não falar da

injustiça política, fazem do Brasil uma democracia diferente de qualquer outra no norte, mesmo aquelas em que as tensões de classe foram intensas no passado ou tiveram um movimento trabalhista mais forte. A contradição entre as duas magnitudes apenas começou a operar sobre si mesma. Se os avanços passivos tivessem se transformado em intervenção ativa, a história teria outro final (2011, p.52)

Assim, esperamos também contribuir para superar aparentes lacunas que possam indicar um aparente determinismo sociológico aos fenômenos, que ao nosso ver, também são resultados das escolhas políticas dirigidas pelas organizações criadas pelo movimento da luta entre as classes. Ou seja, o estudo das estratégias e acordos construídos revelam uma tendência histórica que era típica no centro do sistema, mas que agora parece se reproduzir na periferia. Da mesma forma, por outro lado, as contradições que inviabilizaram aquela construção no centro, e levaram ao avanço conservador neoliberal, aqui parecem colocar a luta de classes em um patamar superior e que ainda não temos como prever. Enfim, a tarefa de entender como nossos “pacifistas convictos” tornaram-se chefes de Estado-Maior ainda se encontram no centro do debate e da prática histórica da classe na sua tarefa de superação do capitalismo. Nesta crise, as dimensões de luta do proletariado e da sua fração mais precarizada – o precariado – ainda parecem estar contidas pela burocracia sindical. É certo, contudo, que as margens que comprimem o violento rio, estão cada vez diminuindo.

Bibliografia

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. In. *Novos Estudos*. n.91, nov. 2011, p. 23-52.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo; USP, 2012.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o Capital*. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Vol.3, ed.3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe*. São Paulo: Expressão Popular, 2006

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

OLIVA, Aloizio Mercadante. *As bases do neodesenvolvimentismo: análise do governo Lula*. Tese de doutorado. Unicamp. Campinas, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão Dualista: o ornitorrinco*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

- _____. Hegemonia às avessas. In. *Piauí*. São Paulo, Jan 2007, n.4. Disponível em: [HTTP://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-3/tribuna-livre/hegemonia-as-avessas](http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-3/tribuna-livre/hegemonia-as-avessas), acesso em Jun 2012.
- _____. A hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática. In. FRIGOTO, G. e CIAVATTA, M. (org.). *Teoria e Educação no labirinto do capital*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 47-56.
- PEREIRA, Luis Carlos Bresser; MARAVAL, José Maria; PRZEWORSKY, Adam. Reformas Econômicas em Democracias Recentes: uma abordagem Social-Democrata. In. *Dados*, vol. 36, n. 2, 1993, p.171-207.
- POCHMANN, Marcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SECCO, Lincoln. *História do PT (1978-2010)*. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2011.
- SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- TUMOLO, Paulo Sergio. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Unicamp, 2002.